

XIX Concurso Público de Provas e Títulos
Promotor de Justiça Substituto

GABARITO DA PROVA PREAMBULAR

01 – A	02 – A	03 – D	04 – B	05 – A
06 – B	07 – C	08 – D	09 – A	10 – A
11 – C	12 – B	13 – D	14 – B	15 – C
16 – D	17 – B	18 – C	19 – D	20 – B
21 – C	22 – D	23 – C	24 – D	25 – D
26 – A	27 – D	28 – D	29 – D	30 – C
31 – D	32 – C	33 – D	34 – C	35 – B
36 – B	37 – D	38 – D	39 – A	40 – C
41 – B	42 – C	43 – D	44 – C	45 – A
46 – D	47 – C	48 – B	49 – B	50 – C
51 – B	52 – D	53 – A	54 – A	55 – B
56 – A	57 – A	58 – B	59 – D	60 – C
61 – C	62 – C	63 – C	64 – C	65 – A
66 – D	67 – A	68 – B	69 – D	70 – B
71 – D	72 – A	73 – D	74 – A	75 – C
76 – C	77 – C	78 – C	79 – B	80 – C
81 – D	82 – C	83 – C	84 – D	85 – A
86 – C	87 – A	88 – C	89 – A	90 – C
91 – B	92 – D	93 – B	94 – A	95 – A
96 – B	97 – D	98 – B	99 – B	100 – D

Campo Grande, 15 de dezembro de 2002.

PROVA PREAMBULAR

1ª QUESTÃO: Das orações abaixo, a única **CORRETA** quanto à conjugação verbal é:

- a) Caso você o vir, diga-lhe que eu já reouve o carro roubado.
- b) Como ele não se precaviu para o concurso, eu lhe emprestei a caneta.
- c) Vós não sois os jurados, portanto não ides ao Tribunal.
- d) Os policiais interviram na luta contra o crime.

2ª QUESTÃO: Observe a oração:

“A carreira **por que** optei ingressar é de grande importância para a sociedade.” Das frases abaixo, qual é a que possui a mesma idéia do termo destacado?

- a) As viagens **por que** optei fazer em minha vida foram muito importantes.
- b) Optei **por que** ele viesse no Natal.
- c) Todos querem saber **por que** optei pela carreira jurídica.
- d) **Por que** os jogadores passaram mal naquele almoço?

3ª QUESTÃO: Das frases abaixo, assinale qual dos vocábulos sublinhados está grafado **INCORRETAMENTE**:

- a) O show foi um grande esplendor!
- b) Como é esplêndido o Palácio Popular da Cultura!
- c) No concurso passado, poucos redigiram de maneira sucinta.
- d) O curioso é que, após o acidente, dia-a-dia, Pedro vem se recuperando.

4ª QUESTÃO:

- I. “Como acabar com a baixa-estima, se tiver comigo um dos maiores males como a depressão?”
- II. “Como é impertinente, ninguém o quer por perto.”

Os termos destacados expressam, respectivamente:

- a) questionamento, inquirição e modo;
- b) inquirição, exemplificação e causa;
- c) questionamento, dúvida e modo;
- d) dúvida, exemplificação e causa.

5ª QUESTÃO:

- I. Iniciei os trabalhos há cerca de uma semana.
- II. Vossa Excelência não precisa incomodar-se com vossa situação.
- III. Todos diziam que ela era uma mulher à toa.
- IV. Todos daquela casa viviam a expensas de João.
- V. Devemos andar logo, senão pegaremos uma forte chuva.

Quanto aos termos sublinhados acima:

- a) II e III estão errados;
- b) II e IV estão errados;
- c) II e V estão errados;
- d) I, II e IV estão errados.

6ª QUESTÃO: Qual das opções abaixo apresenta erro (s) quanto ao uso do hífen?

- a) Recebemos um convite **extra-oficial** para o casamento de Lucas e Luana.
- b) Esse editor de texto possui um sistema de **auto-correção**.
- c) A maioria dos presentes considerava Henrique o **supra-sumo** em Direito Penal.
- d) Apesar de parecer **mal-educada**, Emília sempre foi uma pessoa **bem-educada**.

7ª QUESTÃO:

- I. **Por ora**, não se deve pensar em contenção de despesas.

- II. Joaquim não dançou valsa, **tampouco** tango em seu casamento.
III. **À medida em que** estudo saio bem nas provas.
IV. **Ao invés de** ir ao curso, preferimos ir ao cinema.
V. **Ao invés do** que prometera o Governo, a inflação subiu novamente.

Dos termos em destaque, estão **CORRETOS**:

- a) II e III;
b) II, III, IV e V;
c) I, II e V;
d) I, II, IV e V.

8ª QUESTÃO:

- I. Os deputados chegaram à cidade de Bonito às 11 horas.
II. Para ir à casa de seus pais, Antônia teve que acordar às 17 horas.
III. Esta obra é semelhante à que me deste no ano passado.
IV. Antes que retornassem à casa, os pais de Carolina foram à padaria.
V. O que vou dizer amanhã à Sua Excelência o Governador?

Quanto ao emprego da crase, estão totalmente **CORRETOS** os itens:

- a) I, II e V;
b) II, IV e V;
c) I, III e IV;
d) I, II e III.

9ª QUESTÃO: Marque o item **INCORRETO** quanto à regência verbal:

- a) O Procurador-Geral de Justiça informou aos Promotores de sua resolução.
b) O acusado responderá a inquérito.
c) Todos assistiam à palestra de Direito Penal compenetrados.
d) Após a palestra sobre o Meio Ambiente, os Promotores de Justiça confraternizaram.

10ª QUESTÃO: Assinale a opção sem erro de concordância.

- a) Vai fazer cinco anos que me formei em Direito.
b) Necessitam-se de estagiários de direito.
c) Ele foi um dos que se destacou no concurso.
d) 20% do orçamento do Estado devem destinar-se à educação.

11ª QUESTÃO:

I - É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal e instrução processual penal.

II - Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

III - Não será concedida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião, salvo mediante previsão em tratado internacional que especifique a vedação da pena de morte.

IV - A intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal, para a garantia do livre exercício de qualquer dos Poderes, dependerá de solicitação do Poder Legislativo ou Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.

V - A Constituição Federal cometeu aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, sem qualquer vedação.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) somente a II, III e V estão corretas;
b) somente a I, III e V estão corretas;
c) somente a I, II e IV estão corretas;
d) somente a II, III e IV estão corretas;

12ª QUESTÃO:

I - Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício de seus direitos políticos.

II - A Câmara dos Deputados e o Senado Federal poderão convocar Ministro de Estado para prestar informações sobre qualquer assunto de sua Pasta, salvo os que envolvam matéria de interesse da Segurança Nacional.

III - A concessão de anistia é atribuição do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República.

IV - A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

V - Aos membros do Ministério Público é assegurada a garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente, por voto da maioria de seus membros, assegurada ampla defesa.

Aponte a alternativa **CORRETA**:

- a) somente a II, III e V estão corretas;
- b) somente a I, III e IV estão corretas;
- c) somente a II, IV e V estão corretas;
- d) somente a I, II e III estão corretas;

13ª QUESTÃO:

I - Os benefícios sociais previstos no art. 7º da Constituição da República de 1988, tais como, o seguro desemprego, o fundo de garantia do tempo de serviço e o repouso semanal remunerado são considerados, para todos os efeitos, como normas de aplicação direta e imediata.

II - A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive parcial, quando em controle concentrado exercido pelo Supremo Tribunal Federal, tem eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos demais órgãos do poder judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal.

III - Tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o STF, por decisão do Ministro relator, restringir os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, decidindo que ela só terá eficácia a partir de seu trânsito em julgado, ou de outro momento que venha a ser fixado.

IV - No controle difuso a lei declarada inconstitucional poderá ser suspensa no todo ou em parte em todo o território nacional, mediante Resolução do Senado.

V - Em relação às leis ou atos normativos municipais ou estaduais contrários às Constituições Estaduais, o reconhecimento da inconstitucionalidade é de competência dos Tribunais de Justiça dos Estados.

Aponte a alternativa **CORRETA**:

- a) somente a I, II e IV estão corretas;
- b) somente a II, III e V estão corretas;
- c) somente a II, III, IV e V estão corretas;
- d) somente a I, II, IV e V estão corretas.

14ª QUESTÃO:

I - Os mesmos legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade genérica poderão propor, igualmente, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

II - A ação direta de inconstitucionalidade genérica poderá ser proposta individualmente por qualquer interessado, desde que filiado a uma entidade de classe de âmbito nacional.

III - A intervenção federal nos Estados dependerá de provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, da ação interventiva proposta pelo Procurador-Geral da República, nos casos em que o seu objetivo for assegurar os chamados princípios sensíveis da Constituição.

IV - A declaração de inconstitucionalidade pela via de exceção (controle difuso) gera eficácia *inter partes*, *ex nunc* e efeito vinculante aos demais órgãos do Poder Judiciário.

V - Para que uma ação declaratória de constitucionalidade seja conhecida pelo STF, não há necessidade de prova da existência de controvérsia jurídica acerca da lei questionada, bastando que se adote o mesmo procedimento relativo às ações diretas de inconstitucionalidade.

Marque a opção **CORRETA**:

- a) somente a II, III e V estão corretas;
- b) somente a I está correta;
- c) todas estão corretas;
- d) somente a I e IV estão corretas.

15ª QUESTÃO:

I - São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Senador, de Deputado Federal, de Governador de Estado, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, de carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas.

II - O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos e facultativos para os analfabetos, maiores de 70 anos e menores a partir de 16 anos. Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os recrutados.

III - Todo cidadão brasileiro, inclusive os naturalizados, possuem capacidade eleitoral ativa e passiva, podendo, com isso, concorrer a todo e qualquer cargo eletivo.

IV - Em regra, são inelegíveis para qualquer cargo os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão judicial competente.

V - A competência para conhecer da ação de impugnação de mandato eletivo, e para julgá-la, será sempre dos Tribunais Regionais Eleitorais e do próprio Tribunal Superior Eleitoral, restando aos Juízos Eleitorais de Primeira Instância somente a competência para presidir e organizar o pleito eleitoral dos Municípios integrantes da respectiva Zona Eleitoral.

Assinale a opção **CORRETA**:

- a) somente a I, II, III e V estão corretas;
- b) somente a II, III e IV estão corretas;
- c) somente a II e IV estão corretas;
- d) somente a I, III e V estão corretas.

16ª QUESTÃO:

I - A superveniência de uma nova ordem jurídica constitucional revoga imediatamente toda a ordem jurídica infraconstitucional anterior.

II - A nova Constituição condena à ineficácia toda e qualquer norma incompatível com a nova ordem constitucional, mas conserva a eficácia das normas infraconstitucionais que lhe forem compatíveis.

III - A reforma da Constituição é obra do poder constituinte originário, que é inicial, autônomo e ilimitado.

IV - O poder constituinte originário retira sua força normativa do poder constituinte derivado, razão pela qual deve se submeter, obrigatoriamente, às limitações previstas na Constituição anterior.

V - A Constituição brasileira de 1988 é considerada rígida em razão de suas limitações formais, materiais e circunstanciais.

Aponte a alternativa **CORRETA**:

- a) todas estão corretas;
- b) somente a I, III e V estão corretas;
- c) somente a V está correta;
- d) somente a II e V estão corretas.

17ª QUESTÃO: Em sede de direito comparado, relativamente aos sistemas, critérios e modos de exercício do controle de constitucionalidade, será **CORRETO** afirmar-se que:

- a) controle político: aquele exercido exclusivamente por órgãos do Poder Legislativo ordinário;
- b) controle misto: aquele caracterizado pela repartição do controle entre órgãos de natureza política e órgãos de índole jurisdicional;
- c) controle difuso: aquele exercido exclusivamente por juizes de primeiro grau;
- d) controle incidental: aquele de iniciativa das partes, exercido no âmbito exclusivo do chamado sistema concentrado.

18ª QUESTÃO: No âmbito da hermenêutica constitucional e dos sistemas de defesa da constituição, pode-se afirmar, relativamente à chamada interpretação conforme a Constituição, que:

- a) não é mais do que simples regra de interpretação, inaplicável ao controle de constitucionalidade;
- b) em face da supremacia da Constituição, deve ser adotada, mesmo quando de sua aplicação resultar sentido normativo contrário ao pretendido pelo legislador;
- c) tanto é regra de interpretação, quanto princípio adotado no âmbito do controle de constitucionalidade;
- d) permite ao intérprete-aplicador funcionar, também, como legislador positivo, integrando-se no processo legislativo.

19ª QUESTÃO: Constituem princípios informadores de nossa ordem social, como instituída na Constituição:

- a) o primado do capital, sem prejuízo da valorização do trabalho, sob a coordenação do Estado;
- b) a livre concorrência, observada a função social da propriedade;
- c) a redução das desigualdades sociais;
- d) a prestação de assistência social aos necessitados, independentemente de contribuição.

20ª QUESTÃO: As Comissões Parlamentares de Inquérito:

- a) somente podem ser criadas mediante requerimento de um terço dos membros do Congresso Nacional, aprovado pela respectiva Mesa, para promover a responsabilidade criminal dos infratores, no prazo de noventa dias;
- b) têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e são criadas, nos termos da Constituição, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores;
- c) visam a apurar ilegalidades no âmbito do Parlamento, com o auxílio do Tribunal de Contas, desde que autorizada sua instalação pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional;
- d) somente devem remeter suas conclusões ao Ministério Público se houver solicitação expressa do Chefe do *Parquet*, exclusivamente para promover a ação penal pública da qual, segundo a Constituição, é titular, cabendo a responsabilização civil à Advocacia Geral da União.

21ª QUESTÃO. No âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul:

- I - Quando houver impugnação do vitaliciamento de Promotor de Justiça, antes do decurso de prazo de dois anos, suspende-se, até definitivo julgamento, o seu exercício funcional;
 - II - Quando o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão do exercício de cargo eletivo, não poderá concorrer à promoção;
 - III - Durante a tramitação do procedimento de impugnação do vitaliciamento, a remuneração do membro do Ministério Público, será afetada em até dois terços e durante o prazo mínimo de dois anos;
 - IV - Os Promotores de Justiça Substitutos atuam coadjuvando os titulares de Promotorias de Justiça, na forma regimental, além de substituí-los nos afastamentos ou impedimentos.
- Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) somente a II e III estão corretas;
- b) somente a I está correta;
- c) somente a I e IV estão corretas;
- d) somente a II e IV estão corretas.

22ª QUESTÃO:

- I - Qualquer integrante da carreira na mais elevada entrância, desde que obedecidos outros critérios de elegibilidade estabelecidos na Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, pode integrar lista tríplice destinada à escolha do Procurador-Geral de Justiça;
- II - Relativamente à forma de escolha do Procurador-Geral de Justiça no Estado de Mato Grosso do Sul, pode constar da lista tríplice a ser submetida ao Chefe do Poder Executivo apenas o integrante da carreira na instância superior;
- III - Ao Procurador-Geral Adjunto de Justiça, em Mato Grosso do Sul, cabe substituir o Procurador-Geral de Justiça, nas suas faltas, impedimentos, férias, licenças e vacância;
- IV - No Estado de Mato Grosso do Sul, pelo voto e por iniciativa da maioria absoluta dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça, compete propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça, em casos de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, não sendo possível o afastamento liminar.

Aponte a opção **CORRETA**:

- a) somente a I, II e IV estão corretas;
- b) somente a I está correta;
- c) somente a II e III estão corretas;
- d) somente a II está correta.

23ª QUESTÃO. Assinale a assertiva **CORRETA**:

O agente que, de arma em punho, invade uma mercearia, mata o proprietário e causa lesões graves no responsável pelo caixa do estabelecimento, ambos atingidos por tiros, e depois foge com o dinheiro do caixa da mercearia, deve responder:

- a) por um só latrocínio, já que somente um patrimônio se viu atingido, sobre o qual incidirá a causa especial de aumento de pena do emprego de arma (CP, 157, § 2º, I).
- b) por dois crimes, latrocínio (CP, 157, § 3º, segunda parte) e por roubo qualificado por lesão corporal grave (CP, 157, § 3º, primeira parte), em concurso material.
- c) por um só latrocínio, servindo a pluralidade de vítimas como circunstância judicial para a dosimetria da pena.
- d) por latrocínio e tentativa de latrocínio, em concurso formal, majorando-se a pena em face do emprego de arma (CP. 157, § 2º, I).

24ª QUESTÃO: São causas de inexigibilidade de conduta diversa:

- a) coação irresistível estado de necessidade justificante e obediência hierárquica.
- b) obediência hierárquica, estado de necessidade exculpante e desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
- c) coação moral irresistível, estrito cumprimento do dever legal e obediência hierárquica.
- d) obediência hierárquica, coação moral irresistível e estado de necessidade exculpante.

:

em concursal.
nav) crimes de fato a(s)-863((dadeideológico)-861(a)-074 e.bigaim)-53iao, em c.

- IV. o crime de flagrante esperado é sempre crime impossível, tendo em vista a impossibilidade de sua consumação.
- V. as circunstâncias atenuantes e agravantes podem elevar ou reduzir a pena além ou aquém dos limites cominados pela sanção da norma pena incriminadora.
- a) corretas são apenas as assertivas I e III
b) corretas são apenas as assertivas I e II
c) incorretas são apenas as assertivas II, IV e V
d) correta é apenas a assertiva I

29ª QUESTÃO: Assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) agindo o agente em legítima defesa, vindo a atingir o agressor e terceira pessoa, responderá pelo resultado causado ao terceiro a título de culpa.
b) os crimes culposos admitem a co-autoria e forma tentada.
c) as lesões corporais graves, gravíssimas e seguidas de morte, sendo crimes qualificados pelo resultado, exigem o preterdolo.
d) na culpa imprópria o agente quer o resultado, laborando, porém, em erro evitável.

30ª QUESTÃO: Assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) nada obsta que quem tem o dever legal de arrostar o perigo alegue estado de necessidade: por exemplo, o salva-vidas.
b) no concurso de crimes, existindo um de ação penal pública e outro de ação penal privada, o Ministério Público poderá oferecer denúncia referente a ambos.
c) a participação no crime de rixa pode ser material ou moral.
d) o fato de o marido devassar correspondência fechada dirigida à sua mulher caracteriza o crime de violação de correspondência.

31ª QUESTÃO: Assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) o crime de quadrilha ou bando (CP, art. 288) exige no mínimo a participação de três (3) pessoas.
b) a violência moral ou vis compulsiva caracteriza o delito de violência arbitrária (CP, art. 322).
c) o reincidente que tenha sido condenado apenas em pena de multa fica impedido de obter o sursis em condenação subsequente.
d) existem três teorias sobre o concurso de agentes: a teoria unitária, monista ou monástica; a teoria dualista e a teoria pluralística. O CP adota a teoria monista.

32ª QUESTÃO: Assinale a assertiva **INCORRETA**:

- a) dá-se o arrependimento eficaz quando o sujeito, após acabar a execução do crime, realiza nova atividade para impedir a produção do resultado.
b) o consentimento do ofendido pode funcionar como: a) causa excludente de tipicidade: b) causa excludente de antijuricidade.
c) se o agente falsifica várias moedas de uma só vez, caracteriza-se o concurso material.
d) inobstante a desistência voluntária e o arrependimento eficaz, o agente responde pelos atos já praticados.

33ª QUESTÃO: Assinale a assertiva **CORRETA**:

No crime de peculato, abstraída a condição de “funcionário público” do agente ocorre:

- a) detração penal.
b) actio libera in causa.
c) atipicidade absoluta.
d) desclassificação do crime para outro

34ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) falecendo João sem deixar descendentes, mas sobrevivendo-lhe a mãe e o avô paterno, entre estes dois, em partes iguais é dividida a herança;
b) Maria foi excluída dos bens deixados por seu pai, por indignidade sucessória, mas tem duas irmãs, Silvia e Larissa, e dois filhos, Carlos e José. Neste caso a herança será partilhada em partes iguais entre as irmãs da excluída, Silvia e Larissa;

- c) Sérgio, com a morte de seu pai, renunciou ao seu quinhão hereditário. Tendo três filhos menores, três irmãos vivos, dois irmãos pré-mortos e havendo estes últimos deixado, cada qual, duas filhas, a herança será dividida entre seus irmãos vivos e as filhas dos pré-mortos na seguinte proporção: vinte por cento (20%) para cada irmão vivo e dez por cento (10%) para cada filha dos irmãos pré-mortos;
- d) O herdeiro necessário, a quem o testador deixar a sua metade disponível, ou algum legado, perderá o direito à legítima.

35ª QUESTÃO: Todas as afirmativas abaixo são incorretas, **EXCETO:**

- a) quem institui um menor herdeiro, ou legatário seu, não poderá nomear-lhe curador especial para os bens deixados, achando-se o menor sob o pátrio poder ou sob tutela;
- b) o deferimento da tutela pressupõe a extinção ou a prévia decretação da perda ou suspensão do pátrio poder;
- c) compete ao tutor, sem autorização do juiz, receber as quantias devidas ao órfão e pagar-lhe as dívidas;
- d) com autorização judicial pode o tutor, adquirir por contrato particular ou em hasta pública, bens móveis ou de raiz pertencentes ao menor;

36ª QUESTÃO: Assinale o procedimento previsto na Lei nº 6.015, de 31/12/1973 (Lei de Registros Públicos) em que não é necessária a participação do Ministério Público:

- a) substituição do prenome em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime;
- b) remição de hipoteca legal em que não haja interesse de incapaz;
- c) pedido de inscrição de imóvel rural no registro Torrens;
- d) pedido de retificação, restauração e suprimimento de assentamento no registro civil.

37ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **CORRETA**, relativamente ao parcelamento do solo urbano:

- a) será válida a cláusula de rescisão do contrato por inadimplemento do adquirente, ainda que o loteamento não esteja regularmente inscrito;
- b) em qualquer caso de rescisão por inadimplemento do adquirente, as benfeitorias necessárias ou úteis por ele levadas a efeito no imóvel não serão indenizadas;
- c) os compromissos de compra e venda, as cessões e as promessas de cessão valerão como título para o registro da propriedade do lote adquirido, independentemente da respectiva prova de quitação;
- d) nas desapropriações não serão considerados como loteados ou loteáveis, para fins de indenização, os terrenos ainda não vendidos ou compromissados, objeto de loteamento ou desmembramento não registrado.

38ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a nulidade do casamento celebrado perante autoridade incompetente é insanável;
- b) o casamento religioso para ter efeitos civis pressupõe sempre que a habilitação dos nubentes preceda à cerimônia religiosa;
- c) no regime dotal, os bens parafernais são necessariamente submetidos à administração do marido;
- d) o dote pode ser constituído pela própria nubente, por qualquer de seus ascendentes, ou por outrem.

39ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) os sucessores do devedor podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção dos seus quinhões;
- b) o usufruto de imóveis, quando não resulte do direito de família, dependerá de transcrição no respectivo registro;
- c) salvo direito adquirido por outrem, o usufrutuário faz seus os frutos naturais, pendentes ao começar o usufruto, sem encargo de pagar as despesas de produção;
- d) a extinção da hipoteca só começa a ter efeito contra terceiros depois de averbada no respectivo registro.

40ª QUESTÃO: Em relação ao fim da sociedade conjugal, é **CORRETO** afirmar:

- a) os cônjuges divorciados podem restabelecer a união conjugal mediante requerimento nos autos da ação de divórcio;
- b) após um ano de separação judicial consensual, caso queiram, os cônjuges poderão restabelecer a sociedade conjugal, inclusive alterando o regime de bens;

- c) o termo inicial para a contagem do prazo para a conversão em divórcio da separação judicial é a partir da decisão desta ou da que concedeu a medida cautelar correspondente;
- d) somente a anulação e o divórcio dissolvem o casamento.

41ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o parentesco por afinidade extingue-se, na linha reta, com a dissolução do casamento que o originou;
- b) o erro quanto à pessoa não viciará o ato, quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a pessoa cogitada;
- c) o dolo do representante de uma das partes obriga o representado a responder civil e integralmente pelo ato, ainda que não tenha obtido proveito integral;
- d) no apreciar a coação, não se terá em conta dentre as circunstâncias que lhe possam influir na gravidade, a saúde do paciente.

42ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) os parentes podem, validamente, renunciar aos alimentos;
- b) a obrigação alimentar cessa sempre com a maioridade civil;
- c) a pessoa obrigada a suprir alimentos poderá pensionar o alimentando ou dar-lhe em casa hospedagem e sustento, desde que autorizada pelo juiz e haja anuência do alimentando capaz;
- d) a prescrição da pretensão de imposição da obrigação alimentar é de cinco anos.

43ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a divisão entre condôminos é simplesmente declaratória e não atributiva da propriedade;
- b) o usucapião e o direito hereditário são modos de aquisição de propriedade, assim como a acessão e a transcrição do título de transferência no registro do imóvel;
- c) perde-se a posse das coisas pelo abandono, pela tradição, pela perda ou destruição, pela posse de outrem ou pelo constituto possessório;
- d) o possuidor não pode para o fim de contar o prazo para o usucapião extraordinário, acrescentar à sua posse a do seu antecessor, ainda que ambas sejam contínuas e pacíficas.

44ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) são considerados herdeiros necessários somente os da classe descendente, que obrigatoriamente receberão pelo menos cinquenta por cento (50%) do valor de sua quota-parte da herança;
- b) o cônjuge sobrevivente nunca será herdeiro do falecido, caso o regime de bens seja o da separação total;
- c) o direito de representação hereditária dá-se na linha reta descendente, na linha transversal em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmão deste concorrerem, mas nunca na linha ascendente;
- d) o cônjuge não poderá ser afastado da sucessão pela via testamentária.

45ª QUESTÃO: Das inovações advindas com a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, relativamente aos servidores estáveis, todas as afirmativas abaixo estão incorretas, **EXCETO**:

- a) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço;
- b) são estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público;
- c) o servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- d) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, auferindo a totalidade dos vencimentos correspondentes ao cargo antes exercido, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

46ª QUESTÃO: A desapropriação se consuma:

- a) com a elaboração do laudo pericial;
- b) com o trânsito em julgado da sentença que julgou a ação;
- c) com o recebimento pelo expropriado da quantia ofertada pelo expropriante a título de depósito;
- d) com o pagamento da indenização.

47ª QUESTÃO: Sobre os atributos dos atos administrativos é **CORRETO** afirmar:

- a) a Administração, ao encontrar resistência do administrado à execução de um ato administrativo, deve recorrer ao Poder Judiciário, tendo em vista o princípio elementar segundo o qual a ninguém é dado fazer justiça com as próprias mãos;
- b) o ato administrativo, tendo em vista a supremacia de poder inerente à Administração Pública, é dotado de presunção *jure et de jure* de legitimidade;
- c) a Administração, tendo em vista a imperatividade de seus atos, pode, unilateralmente, constituir os administrados em obrigações;
- d) a Administração não pode compelir materialmente o administrado ao cumprimento da obrigação que impôs e exigiu.

48ª QUESTÃO: Sobre as modalidades da licitação, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a concorrência é obrigatória nas transações de maior vulto, precedida de ampla publicidade, à qual podem acorrer quaisquer interessados que preencham as condições estabelecidas;
- b) o convite visa à escolha de trabalho técnico ou artístico, com a instituição de prêmio ou remuneração aos vencedores, conforme critérios do edital;
- c) o leilão é utilizado para a venda de imóveis inservíveis para a Administração ou legalmente apreendidos ou penhorados e, ainda, para alienação de bens imóveis;
- d) a tomada de preços destina-se a transações de vulto médio e é realizada entre pessoas previamente inscritas em cadastro administrativo até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, se qualificadas.

49ª QUESTÃO: Sobre contrato administrativo, assinale a alternativa incorreta:

- a) sua duração está normalmente adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários;
- b) a Administração Pública pode, unilateralmente, alterar as cláusulas econômicas do contrato;
- c) é condição de eficácia a publicação resumida do instrumento e de seus aditamentos na imprensa oficial;
- d) é admitida, excepcionalmente, a prorrogação dos prazos para a execução de seu objeto.

50ª QUESTÃO: Sobre o procedimento (ou processo) administrativo, assinale a opção correta:

- a) a verdade formal constitui princípio do processo administrativo;
- b) não está impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria;
- c) concluída a instrução do processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada;
- d) o desatendimento da intimação importa em reconhecimento da verdade dos fatos.

51ª QUESTÃO: Da independência das instâncias administrativa, civil e criminal, resulta que:

- a) o funcionário poderá sempre ser punido em qualquer dessas esferas sem a preocupação de se esperar o resultado de qualquer outra instância;
- b) a absolvição criminal somente afasta a responsabilização administrativa quando ficar comprovada a inexistência do fato ou a não-autoria imputada ao funcionário;
- c) a absolvição por falta de provas, na esfera criminal, necessariamente terá reflexo no processo administrativo;
- d) a absolvição por falta de provas, no processo criminal, somente terá reflexo na esfera civil.

52ª QUESTÃO: A Administração pode anular ou revogar seus próprios atos:

- a) porque eles não produzem nenhum direito;
- b) somente nos casos de nulidade porque geram direito;
- c) quando geram direitos a partir do desfazimento do ato;
- d) quando, no caso de revogação, respeitarem-se os direitos adquiridos, ressalvando-se, tanto na anulação quanto na revogação, a apreciação judicial.

53ª QUESTÃO: Os atributos ou características do poder de polícia são:

- a) discricionariedade, auto-executoriedade e coercibilidade;
- b) imperatividade, coercibilidade e legalidade;
- c) presunção de legitimidade, auto-executoriedade e coercibilidade;
- d) executoriedade, legalidade e discricionariedade.

54ª QUESTÃO: A ação de improbidade de que trata a Lei nº 8.429, de 02/junho/1992:

- a) decorre particularmente dos princípios da legalidade e da moralidade que devem nortear as ações da Administração Pública;
- b) somente pode dirigir-se contra o servidor público estatutário;
- c) abrange exclusivamente os atos de chefia na Administração Direta;
- d) objetiva apenas a decretação da perda do cargo do servidor público infrator.

55ª QUESTÃO: Assinale a única alternativa **CORRETA**.

- a) A sociedade por quotas de responsabilidade limitada será representada ativa e passivamente pelo sócio designado no contrato social, podendo este nomear delegado, desde que o faça unicamente por escritura pública.
- b) Na ausência de estipulação contratual quanto ao gerente, a sociedade por quotas de responsabilidade limitada será representada por qualquer dos sócios.
- c) Na ausência de estipulação contratual quanto ao gerente, a sociedade por quota de responsabilidade limitada será representada pelo sócio que possuir maior número de quotas.
- d) A sociedade por quotas de responsabilidade limitada é considerada como sociedade de pessoas quando na sua constituição todos os sócios forem pessoas físicas.

56ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Considera-se falido o comerciante que não paga no vencimento obrigação líquida, constante de título que legitime a ação executiva.
- b) Para a caracterização de falência, considera-se líquida a obrigação provada por conta extra extraída dos livros comerciais e verificada, judicialmente.
- c) Não legitima pedido de falência créditos que não se possam na mesma reclamar.
- d) Não caracteriza estado falimentar o não pagamento ou não nomeação de bens à penhora, dentro do prazo legal do processo de execução.

57ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Não produzem efeito relativamente à massa falida o pagamento de dívida não vencida realizado pelo devedor, a não ser que o beneficiado comprove o desconhecimento do estado falimentar, em obediência ao princípio da boa fé objetiva.
- b) A renúncia à herança, até 2 anos antes da declaração da falência não produz efeito em relação a massa falida.
- c) É ineficaz em relação a massa falida o pagamento de dívida vencida é exigível realizado dentro do termo legal de falência, por qualquer forma que não esteja prevista pelo contrato.
- d) Extingue-se as obrigações do falido o rateio de mais de 40% depois de realizado todo o ativo.

58ª QUESTÃO: 58. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Não pode servir como síndico na falência o credor que possuir garantia real
- b) O juiz poderá nomear pessoa estranha à falência, desde que idônea e de boa fama.
- c) Pode ser síndico quem tiver parentesco ou afinidade até o terceiro grau com o falido.
- d) O Ministério Público poderá agravar de sentença que julgar as contas do síndico, prestadas quando renunciar o cargo, já substituído ou destituído.

59ª QUESTÃO: Não é caso de restituição de falência.

- a) O adiantamento de contrato de câmbio concedido por instituição financeira.
- b) Bem arrecadado pelo síndico sobre o qual incide garantia de alienação judiciária.
- c) Quando o bem já tiver sido alienado pela massa falida.
- d) As coisas vencidas a crédito e entregues ao falido nos trinta dias anteriores ao requerimento de falência, se ainda não alienados pela massa falida.

60ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) É considerado crime falimentar, punido com pena de 1 a 4 anos a ocorrência de gastos pessoais manifestamente excessivas.
- b) Só ao Ministério Público incumbe o requerimento destinado a requerer a prisão do falido e de outras pessoas sujeitas às penalidades estabelecidas na lei falimentar.

- c) Extingue-se as obrigações do falido o decurso de 10 anos, contado a partir do encerramento de falência, quando o falido tiver sido condenado a pena de detenção por crime falimentar.
- d) O juiz não está obrigado a ouvir o Ministério Público para proferir sentença que reabilite o falido, desde que cumpridas pelo falido as formalidades legais.

61ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A suspensão da exigibilidade, por meio de liminar em Mandado de Segurança impede a consecução do ato de lançamento tributário;
- b) Em qualquer hipótese a contagem do prazo decadencial se inicia no 1º dia do exercício seguinte aquele em que poderia ter sido efetuado o lançamento;
- c) Para a hipótese de substituição tributária está assegurada a imediata restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido;
- d) A lei criadora do tributo pode delegar ao chefe do executivo a indicação dos sujeitos passivos e dos responsáveis pela obrigação tributária;

62ª QUESTÃO: Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que:

- a) disponha sobre lançamento e obrigação;
- b) imponha o cumprimento de certas obrigações tributárias acessórias;
- c) disponha sobre anistia;
- d) que veicule parcelamento.

63ª QUESTÃO: Quanto a moratória em matéria tributária é **INCORRETO** afirmar:

- a) pode ser concedida em caráter geral por quem tenha competência para instituir o tributo;
- b) pode ser concedida pela União em relação a tributos de competência dos Estados, quando simultaneamente concedida quanto aos tributos de competência federal e as obrigações de direito privado;
- c) Não é necessário que a lei concessiva da moratória fixe o prazo de sua duração;
- d) que a sua concessão implica na suspensão do crédito tributário.

64ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação a lei complementar:

- a) é o veículo exclusivo para a criação de impostos da competência residual da União;
- b) é o instrumento normativo indicado para definir os contribuintes do ICMS;
- c) é a norma que pode majorar tributos com exclusividade;
- d) regula as limitações constitucionais ao poder de tributar;

65ª QUESTÃO: Nos termos da lei de responsabilidade fiscal:

- a) é nulo o ato de que resulte aumento de despesa com pessoal expedido nos últimos seis meses do mandato;
- b) o limite de despesa total com pessoal do Tribunal de Contas da União, em percentuais da receita corrente líquida, é de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento);
- c) os encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência não pode ser entendida como despesa total com pessoal;
- d) se houver recursos orçamentários, o limite de gasto com pessoal do Ministério Público Estadual pode ultrapassar 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.

66ª QUESTÃO: A Medida Provisória com força de lei:

- a) não pode criar tributo;
- b) pode criar tributo sem qualquer condição;
- c) pode criar imposto, que só produzirá efeitos no exercício financeiro de sua edição, se houver a conversão em lei no prazo de trinta (30) dias;
- d) pode criar imposto, que só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada;

67ª QUESTÃO: Assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) são exemplos de exceções peremptórias, em processo penal, a exceção da coisa julgada e a exceção de litispendência.
- b) no crime continuado ou permanente a competência não ocorre por prevenção

- c) o perdão do ofendido não precisa ser aceito pelo réu para produzir os efeitos legais.
- d) o Ministério Público não poderá aditar a queixa por ser ato de exclusiva competência do ofendido.

68ª QUESTÃO: Assinale a assertiva **INCORRETA**:

- a) a representação é irretroatável após o oferecimento da denúncia, ainda que o juiz não a tenha recebido.
- b) se o indiciado for menor de vinte e um (21) anos é dispensável a nomeação de curador para a fase de inquérito policial, somente exigindo-se na fase judicial.
- c) se o Ministério Público não oferecer denúncia nos crimes falimentares, o síndico ou qualquer credor poderá oferecer queixa.
- d) na conexão há mais de um fato e mais de um crime. Na continência há um fato e mais de um crime.

69ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

Na composição do Júri, se os réus forem dois e não lhes convindo incumbir das defesas um só defensor, em não havendo coincidência:

- a) dar-se-á a separação dos julgamentos, prosseguindo-se somente no do réu que houver recusado o jurado, independente da manifestação do Promotor de Justiça.
- b) dar-se-á a separação dos julgamentos, prosseguindo-se somente no do réu que houver aceito o jurado, independente da manifestação do Promotor de Justiça.
- c) dar-se-á a separação dos julgamentos, prosseguindo-se somente no do réu que recusou o jurado, posteriormente também recusado pelo Promotor de Justiça.
- d) dar-se-á a separação dos julgamentos, prosseguindo-se somente no do réu que aceitou o jurado, posteriormente aceito pelo Promotor de Justiça.

70ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

- a) no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta.
- b) não se firmará competência pela prevenção.
- c) no concurso entre a competência do Júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do Júri.
- d) no concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação.

71 QUESTÃO: Assinale a opção correta:

São princípios consagrados pelo Código de Processo Penal, **EXCETO**:

- a) o princípio da fungibilidade dos recursos.
- b) o princípio do livre convencimento do juiz.
- c) o princípio da instrumentalidade das formas.
- d) o princípio da identidade física do juiz.

72ª QUESTÃO: Assinale a opção **INCORRETA**:

- a) concluindo o Ministério Público que houve, na queixa, exclusão voluntária e expressa do autor do crime pelo querelante, poderá aditá-la para incluí-lo, intervindo em todos os termos subsequentes do processo.
- b) na ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública não é admissível a concessão de perdão, bem como a ocorrência de perempção.
- c) a ação penal de iniciativa privada é regida pelo princípio da conveniência, que dá ao ofendido a faculdade de promovê-la, se for esse seu interesse, e pelo princípio da disponibilidade, que lhe permite desistir da ação proposta.
- d) o crime de induzimento ao erro essencial e a ocultação de impedimento, que se configura quando o agente contrai casamento induzindo em erro essencial o outro contraente, ou ocultando-lhe impedimento que não seja casamento anterior, é de ação penal de iniciativa privada personalíssima, pois o direito de queixa só pode ser exercido pelo cônjuge enganado.

73ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a perempção pode ocorrer quando o querelante vier a falecer e, no prazo de 60 dias, nenhuma das pessoas indicadas em lei tomar seu lugar para dar prosseguimento no processo.
- b) a perempção pode ocorrer quando querelante deixar de formular o pedido de condenação, em suas alegações finais.

- c) não terá cabimento a “actio civilis ex delicto”, quando, na sentença penal absolutória, tiver sido, categoricamente, reconhecido a inexistência material do fato ou que o réu não foi o seu autor.
- d) não terá cabimento a “actio civilis delicto”, quando, na sentença penal absolutória, tiver sido, categoricamente, reconhecido a existência material do fato ou que o réu não foi o seu autor.

74ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) tratando-se de crime contra a economia popular o procedimento é o comum para os demais crimes apenados com detenção. Exceção para os prazos: para a conclusão do inquérito, esteja o indiciado preso ou solto, a autoridade policial dispõe de 10 (dez) dias, o prazo para denúncia é de 48 (quarenta e oito) horas, e a sentença deve ser proferida em 30 (trinta) dias.
- b) são recursos exclusivos da defesa: protesto por novo júri, embargos infringentes e de nulidades, revisão criminal e embargos de declaração.
- c) quando a pena superior a vinte anos resultar de concurso material de crimes, não sendo apenado nenhum deles na quantidade fixada em lei, será cabível o protesto por novo júri.
- d) o recurso em sentido estrito não será recebido no efeito suspensivo no caso de fiança e em que julgar deserta ou denegar a apelação.

75ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) liberdade provisória sem fiança e desvinculada, ocorre quando o réu “se livra solto”, ou seja, quando não há pena privativa de liberdade cominada para infração penal ou quando o máximo da pena cominada não é superior a 6 (seis) meses.
- b) liberdade provisória sem fiança e desvinculada, ocorre quando o réu “se livra solto”, ou seja, quando não há pena privativa de liberdade cominada para a infração penal ou quando o máximo da pena cominada não é superior a 4 (quatro) meses.
- c) liberdade provisória sem fiança e desvinculada, ocorre quando o réu “se livra solto”, ou seja, quando não há pena privativa de liberdade cominada para a infração penal ou quando o máximo da pena cominada não é superior a 3 (três) anos.
- d) liberdade provisória sem fiança e desvinculada, ocorre quando o réu “se livra solto”, ou seja, quando não há pena privativa de liberdade cominada para a infração penal ou quando o máximo da pena cominada não é superior a 2 (dois) meses.

76ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) desclassificação própria ocorre quando o Júri desclassifica a infração penal, apontando qual o crime que foi praticado. O Juiz, fica, assim vinculado à decisão dos jurados, não tendo qualquer margem de discricionariedade. Ocorre, por exemplo, no homicídio consumado, em que os jurados acabam desclassificando para culposo.
- b) desclassificação imprópria ocorre quando o Júri desclassifica a infração para crime não doloso contra a vida, sem apontar a classificação do novo delito.
- c) desclassificação imprópria ocorre quando o Júri desclassifica a infração penal, apontando qual o crime de foi praticado. O Juiz fica, assim, vinculado à decisão dos jurados, não tendo qualquer margem de discricionariedade. Ocorre, por exemplo, no homicídio consumado, em que os jurados acabam desclassificando para culposo.
- d) para que o Juiz declare aberta a sessão, devem estar presentes pelo menos onze jurados (CPP art. 442).

77ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **CORRETA**:

Nos chamados delitos preterdolosos, o elemento subjetivo é caracterizado:

- a) pela culpa “stricto sensu”.
- b) pelo dolo eventual.
- c) pelo dolo na conduta antecedente e pela culpa no subsequente.
- d) pelo dolo específico.

78ª QUESTÃO: A sentença que decide o mérito de uma Ação Popular:

- a) tem sempre eficácia *erga omnes*;
- b) tem eficácia *erga omnes* exclusivamente na hipótese de improcedência;
- c) tem sempre eficácia *erga omnes*, excluída apenas a hipótese em que concluiu pela improcedência por deficiência de provas;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

79ª QUESTÃO: Na ação que tenha por objeto o cumprimento de uma obrigação de fazer ou não fazer:

- a) o juiz, se considerar impossível a tutela específica, deve converter necessariamente a obrigação em perdas e danos;
- b) se procedente o pedido, o juiz deve determinar providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento;
- c) o juiz somente pode impor multa diária ao réu para a hipótese de descumprimento da sentença se houver pedido do autor;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

80ª QUESTÃO: Qualificam-se como exceções substanciais:

- a) as alegações de litispendência, coisa julgada e preempção;
- b) as alegações de decadência, prescrição e compromisso arbitral;
- c) as alegações de compensação, novação e exceção de contrato não cumprido;
- d) as alegações de falta de instrumento público essencial à prova do ato, de renúncia ao direito em que se funda a ação e a alegação do obrigado de que a satisfação da sua prestação depende do cumprimento da contraprestação do credor.

81ª QUESTÃO: No Mandado de Segurança:

- a) pode ser dispensada a intimação do Ministério Público quando não estiver em causa qualquer dos interesses previstos no artigo 82 do CPC;
- b) a pretensão mandamental deve ser obrigatoriamente dirigida contra a autoridade delegante quando o ato impugnado tiver sido praticado por autoridade no exercício de competência delegada;
- c) garante-se tutela jurisdicional a direito líquido e certo, entendido este como aquele que, para o seu reconhecimento, não exige o deslinde de tese jurídica complexa;
- d) é inadmissível a utilização de embargos infringentes;

82ª QUESTÃO: O Tribunal pode julgar desde logo a lide, nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento. Analisando-se esta assertiva, pode-se afirmar que:

- a) não tendo havido julgamento do mérito, a possibilidade do Tribunal fazê-lo, desde logo, é paradoxal e conflitante com o princípio do duplo grau de jurisdição, sendo vedado na lei processual;
- b) o Tribunal pode afastar a preliminar e decidir a respeito de processo em que o aspecto instrutório se encontre de tal forma delineado, de molde que não haja séria margem de dúvidas a respeito de quais sejam e de como tenham os fatos ocorridos, ou quando se trate de matéria de direito pura e simplesmente;
- c) estar em condições de ser julgado, diz respeito sempre a fenômenos ligados a aspectos formais e materiais, concomitantemente;
- d) não pode haver julgamento do mérito, porque a parte pode ter mais provas a produzir no juízo *a quo*.

83ª QUESTÃO: Pela nova alteração introduzida na sistemática dos recursos, pensando-se num pedido de rescisão contratual cumulado com pedido de indenização, pode-se afirmar que:

- a) julgado por maioria o pedido de rescisão e por unanimidade o pedido indenizatório, os embargos infringentes são interpostos simultaneamente ao recurso extraordinário ou ao recurso especial;
- b) alterada a decisão, quando do julgamento dos embargos infringentes, e sendo decidido que o contrato deve ser mantido, os recursos antes interpostos quanto à indenização perdem o sentido, devendo ser desconsiderados;
- c) o fenômeno que ocorre é o de que o prazo para a interposição dos recursos especial e extraordinário, fica sobrestado, no que tange à parte unânime da decisão;
- d) o prazo para interposição dos embargos de declaração fica suspenso.

84ª QUESTÃO:

I - Não poderão ser partes, no processo instituído pela Lei nº 9.099, de 26/09/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

II - O Promotor de Justiça, órgão do Ministério Público de primeiro grau, tem legitimidade para impetrar Mandado de Segurança e *Habeas Corpus* de competência originária de Tribunal.

III - Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la.

IV - Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.

Assinale a opção **CORRETA**:

- a) somente a II, III e IV estão corretas;
- b) somente a I, II e IV estão corretas;
- c) somente a III e IV estão corretas;
- d) somente a I, II e III estão corretas.

85 QUESTÃO:

I - Dá-se a continência entre duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.

II - Os atos processuais são públicos. Correm, todavia, em segredo de justiça os processos que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores.

III - Extingue-se o processo com julgamento de mérito quando o juiz pronunciar a prescrição.

IV - Os prazos previstos em norma cogente podem sofrer alteração (redução ou aumento) por convenção das partes.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) somente a II e III estão corretas;
- b) somente a I, II e IV estão corretas;
- c) somente a II, III e IV estão corretas;
- d) somente a III e IV estão corretas.

86ª QUESTÃO:

I - A extinção do processo sem julgamento de mérito faz coisa julgada formal.

II - Até o término do prazo para resposta do réu o autor poderá aditar a inicial.

III - A competência relativa pode ser prorrogada apenas pela continência e conexão.

IV - No ato da citação os menores, entre 16 e 21 anos, são representados por seus pais, tutores ou curadores.

Identifique a opção **CORRETA**:

- a) somente a III e IV estão corretas;
- b) somente a I, e II estão corretas;
- c) somente a I está correta;
- d) somente a IV está correta.

87ª QUESTÃO:

I - A oposição, denunciação da lide, nomeação à autoria e o chamamento ao processo são modalidades de intervenção de terceiros em processo preexistente entre duas partes.

II - Atuando como fiscal da lei, o Ministério Público, para todos os atos, tem o prazo comum das partes, o qual correrá em cartório.

III - Há um nexo de prejudicialidade entre a oposição e a ação principal, sendo aquela prejudicial a esta.

IV - A assistência e a oposição têm lugar em qualquer tipo de procedimento e poder-se-ão instalar até mesmo em grau de recurso.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) somente a I e III estão corretas;
- b) nenhuma está correta;
- c) somente a I, III e IV estão corretas;
- d) somente a I, II e III estão corretas.

88ª QUESTÃO: Ao promover ação de perfilhação compulsória, por força do que dispõe a Lei nº8.560/92, o órgão de execução do Ministério Público agirá:

- a) como autêntico procurador da parte hipossuficiente e devidamente autorizado pela genitora daquela (qual seja, a criança investigante);

- b) como efetivo órgão assistente, indispensável na afirmação de um direito individual indisponível, como assim prevê o artigo 227 da Constituição Federal;
- c) é apenas uma hipótese de legitimação extraordinária, onde o Ministério Público, em nome próprio, postula direito personalíssimo do investigante;
- d) por cuidar a investigação de paternidade da tutela de direitos individuais personalíssimos, cabe ao Ministério Público, por força de sua legitimação, nesse feito atuar apenas como *custos legis*, sob pena de vulnerar disposição constitucional que reserva ao *parquet* a tutela de interesses individuais homogêneos, apenas coletivamente.

89ª QUESTÃO: A legitimação ativa do Ministério Público para a ação civil pública em defesa dos interesses coletivos dos consumidores:

- a) independe de reclamação dos consumidores;
- b) depende de representação dos consumidores atingidos pelo dano ou ameaça de dano;
- c) depende da instauração de inquérito civil;
- d) é autônoma e exclusiva, não dependendo da instauração de inquérito civil.

90ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O Município pode tomar compromisso de ajustamento de conduta do causador do dano a interesses difusos e coletivos;
- b) O arquivamento do inquérito civil pelo Ministério Público Estadual não limita a iniciativa do Estado para a propositura de ação civil pública;
- c) Tratando-se de interesses individuais homogêneos, a sentença de procedência, proferida em ação civil pública ou coletiva somente admite a execução individual;
- d) O arquivamento de peças de informação pelo órgão do Ministério Público, a respeito de lesão que, em tese, poderia ensejar a instauração de inquérito civil ou a propositura de ação civil pública, está sujeito ao mesmo sistema de controle previsto para o inquérito civil.

91ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A licença ambiental regularmente concedida libera o empreendedor de seu dever de reparar o dano causado ao meio ambiente;
- b) A Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85) determina que, havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados;
- c) A Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85) determina que, havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados às pessoas vítimas diretas do dano;
- d) É vedada a cobrança pelo uso dos recursos hídricos sujeitos a outorga pelo Poder Público.

92ª QUESTÃO: Assinale a assertiva **INCORRETA**:

- a) O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, ao tratar da desconsideração da personalidade jurídica, estabelece que as sociedades coligadas só respondem por culpa;
- b) Os cadastros e dados de consumidores não podem conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos;
- c) O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos;
- d) De acordo com as regras de proteção contratual previstas no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, a nulidade de uma cláusula contratual abusiva sempre invalida o contrato.

93ª QUESTÃO: 93. Salvo estipulação em contrário, o valor orçado pelo fornecedor de serviços tem validade:

- a) de 30 dias, contados de seu recebimento pelo consumidor;
- b) de 10 dias, contados de seu recebimento pelo consumidor;
- c) de 15 dias, contados da data da emissão do orçamento;
- d) de 15 dias, contados da data de seu recebimento pelo consumidor.

94ª QUESTÃO: Assinale a assertiva **INCORRETA**:

- a) A Lei 8.429/92 (que define os atos de improbidade administrativa) estabelece que a aplicação das sanções nela previstas depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público;
- b) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei 8.429/92 podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo ou comissão ou de função de confiança;
- c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente, está sujeito às cominações da Lei 8.429/92 até o limite do valor da herança;
- d) A aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/92 independe da rejeição das contas pelo Tribunal de Contas.

95ª QUESTÃO: Em relação a adoção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a assertiva **CORRETA**.

- a) O adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando;
- b) Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando;
- c) A adoção é revogável se o estágio de convivência revelar resultado desfavorável ao menor;
- d) a morte dos adotantes restabelece o pátrio poder dos pais naturais.

96ª QUESTÃO: Assinale a assertiva incorreta em relação às normas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente para todos os fins e efeitos de direito;
- b) O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do pátrio poder, mas necessariamente não implica o dever de guarda;
- c) a tutela, como definido no ECA, será deferida, nos termos da lei civil, a pessoas de até vinte e um anos incompletos;
- d) A medida aplicada por força de remissão pode ser revista judicialmente, a qualquer tempo, mediante pedido expresso do adolescente ou de seu representante legal, ou do Ministério Público.

97ª QUESTÃO: Aponte a assertiva **CORRETA**:

- a) Considera-se idoso, para os efeitos da Lei 8.842/94 (Política Nacional do Idoso), a pessoa maior de 65 anos de idade;
- b) A colocação da criança em família substituta constitui medida excepcional, somente admissível nas modalidades de guarda e adoção;
- c) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, inclusive no de adoção por estrangeiros;
- d) Em cada município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

98ª QUESTÃO: Tendo por base as normas do Estatuto da Cidade, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis;
- b) O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação gratuita entre particulares;
- c) A lei municipal deverá definir os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal;
- d) A usucapião especial coletiva de imóvel urbano será declarada pelo juiz, mediante sentença, a qual servirá de título para registro no cartório de registro de imóveis.

99ª QUESTÃO: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Constituição Federal garante a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de sessenta e cinco anos;
- b) De acordo com a Constituição Federal de 1988, os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em instituições asilares de caráter social;
- c) É vedada a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social;
- d) É assegurado ao idoso o direito de dispor de seus bens, proventos, pensões e benefícios, salvo nos casos de incapacidade judicialmente comprovada.

100ª QUESTÃO: De conformidade com a Lei nº 8.429/92 (que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito), a sentença que julgar procedente a ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilícitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor:

- a) do Fundo de Reparação de Interesses Difusos lesados (federal, estadual ou municipal) de que trata o art. 13 da Lei da Ação Civil Pública;
- b) do Fundo Federal de Combate ao Uso de Drogas;
- c) do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT;
- d) da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

PROVA ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA

1ª QUESTÃO: Preencha as lacunas com a opção que completa corretamente as orações:

- a) A aplicação foi _____, porém o retomo nulo. (vultuosa/vultosa)
- b) As Minas Gerais _____ maravilhosas esculturas de Aleijadinho. (contêm/contém)
- c) Há problemas _____ em muitas regiões do país. (socioeconômicos/sócio-econômicos)
- d) Devido à _____ foi marcada outra assembléia. (dissensão/dissenção)
- e) Aquele brilhante texto foi redigido de forma _____ (expontânea/espontânea)
- f) A doença _____ as feições. (intumesciu-lhe/intumeceu-lhe)
- g) Naquelas atitudes havia _____ e mágoa. (escânio/escâneo)
- h) Favor _____ os envelopes para que possamos enviar os ofícios circulares ainda hoje. (sobrescritar/subscrever)
- i) Em razão de suas atitudes, todos o julgavam _____ (pretencioso/pretensioso)
- j) O alvará judicial dependia da _____ do Promotor de Justiça. (aquiescência/aquiescência)

2ª QUESTÃO: Complete corretamente as lacunas com uma das opções entre parênteses:

- a) Será complicado, para _____, trazer todos os materiais. (mim/eu)
- b) As obras _____ fui estavam em pleno andamento. (em que/a que)
- c) O rapaz _____ filho falamos está aqui. (cujo/ de cujo)
- d) A situação é _____: os clientes só estão interessados na realização do projeto. (essa/esta)
- e) A obra, _____ leitura é necessária muita atenção, é muito enriquecedora. (para cuja/cuja)

3ª QUESTÃO: Reescreva as frases, modificando-as, se *necessário*, para que a regência verbal fique correta:

- a) Quando posso, assisto boas palestras de direito.
- b) O diretor da empresa pagou os funcionários no dia previsto.
- c) Informamos aos interessados sobre a data do início do curso de Língua Portuguesa.
- d) Eles esqueceram do compromisso assumido anteriormente.
- e) Extinguiu-se a ação de investigação de paternidade que se procedeu.

4ª QUESTÃO: Coloque os verbos entre parênteses nos tempos indicados, conforme o contexto:

- a) O advogado _____ os jurados por algum tempo. (entreter —pretérito perfeito do modo indicativo)
- b) _____ agora! Tu não tens mais apoio nesta região. (fugir —imperativo afirmativo)
- c) Se ele _____ as oportunidades, alcançará bons lucros este ano! (prever — futuro do subjuntivo)
- d) Todos do curso _____ o tempo perdido naquela noite. (reaver —pretérito perfeito do indicativo)
- e) Jamais _____ que fizesses uma coisa dessas com seus amigos. (querer - futuro do pretérito)

5ª QUESTÃO: Reescreva as orações abaixo corrigindo-as, se *necessário*, de acordo com a norma culta quanto à concordância verbal ou nominal:

- a) Todos fizeram bastante exercícios para o exame de amanhã.
- b) No relógio central da cidade bateram dez horas.
- c) Muito obrigadas, disseram as bailarinas após a exibição.
- d) Pensaram-se em várias soluções possíveis para a lide.
- e) Devem haver muitos interessados para o início do curso.

6ª QUESTÃO: Corrija as frases de acordo com a norma culta.

- a) Não estudei por que não quis.
- b) A festa foi assistida por todos.
- c) Assisti e tomei parte em todos os debates.
- d) Recebi e respondi sua carta.
- e) O artigo de fundo de hoje se adequa ao momento atual.
- f) Sinto muita dó dos infelizes.
- g) Terá lugar amanhã a audiência de conciliação.
- h) Esta lei começou a vigir em ...
- i) É necessário que ele se precavenha.
- j) As testemunhas pareciam mentirem.

7ª QUESTÃO: Construa duas frases com cada um dos vocábulos:

Por que? Por que; porque; porquê e por quê.

REDAÇÃO: (mínimo: 50 linhas)

Tema: **O PROMOTOR DE JUSTIÇA COMO AGENTE POLÍTICO E SEU COMPROMETIMENTO COM A CONTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E SOLIDÁRIA.**

PROVA ESCRITA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO:

O efeito vinculante é atualmente inadmissível em relação a quaisquer decisões do Poder Judiciário? Por quê? Admitindo-se tal efeito, que ações estão sujeitas e quais são os limites objetivos e subjetivos do efeito vinculante?

2ª QUESTÃO:

Inelegibilidade e condições de elegibilidade. Conceito. Exemplificação de inelegibilidades constitucionais absolutas e relativas.(Valor: 01 ponto)

3ª QUESTÃO:

É possível haver antinomia entre normas da própria Constituição Federal? Justifique a resposta e em caso afirmativo, cite exemplo conflitual no texto da Lei Maior, apontando o critério de solução das antinomias constitucionais.

4ª QUESTÃO:

No Estado do Mato Grosso do Sul, o rio Paraguai separa a cidade de Porto Murtinho, no Brasil, e a de Isla Margarita, no país vizinho. No lado brasileiro, a pesca com rede é proibida; no lado paraguaio, não é. Foi celebrado um acordo entre os governos brasileiro e paraguaio, liberando o uso de rede. Tal fato é causa de enorme preocupação na cidade brasileira, porque a principal fonte de turismo local é a pesca amadora, que se vê fortemente ameaçada diante da pesca predatória praticada pelos paraguaios. Já existe legislação sobre a matéria no âmbito federal e estadual. O município de Porto Murtinho editou a Lei Municipal nº00, de 00, 00.00, que estabelece normas para a captura, transporte, comercialização e fiscalização do pescado no município. O referido diploma define as espécies de pescador, dispõe sobre proibições da pesca, estabelece que espécies poderão ser capturadas e impõe sanções administrativas.

Indaga-se:

- a) compete ao município legislar a respeito?
- b) é inconstitucional eventual lei editada pelo município?
- c) qual o embasamento constitucional para a defesa de seu posicionamento?

5ª QUESTÃO:

A Constituição Federal, no artigo 23, partilhou entre os vários entes da Federação um vasto rol de matérias em que todos, isolados, em parceria ou em conjunto, podem atuar. É imprescindível saber quem seja o detentor do domínio do bem ou o ente que legislou a respeito, para definir a competência da atuação? Por quê? Justifique a resposta.

6ª QUESTÃO:

Qual é o significado da expressão pertinência temática, exigida nos últimos anos pelo STF para que determinados órgãos ou entidades possam manejar a ação direta de inconstitucionalidade? Governadores de Estado estão sujeitos a esse requisito específico quando impetram ação direta? Fundamente as respostas, citando o embasamento constitucional.

7ª QUESTÃO:

Sabe-se que há unidade e indivisibilidade das funções institucionais do Ministério Público. Tais princípios prevalecem, ainda que o ato ministerial seja praticado em Juízo incompetente? Qual o pressuposto do aproveitamento do ato?

8ª QUESTÃO:

No Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Promotor de Justiça Substituto, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, recebeu o compromisso de ajustamento de conduta do Município de Campo Grande, no sentido de se adequar a determinada exigência legal prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Descumprido o ajustado e executado o termo de ajustamento, o município aduziu em embargos a nulidade do título executivo extrajudicial, porque, além do Promotor Substituto não poder ocupar o cargo de Coordenador de Centro de Apoio Operacional, não teria atribuição para firmar o termo de ajustamento. À luz dos dispositivos que regem a matéria, manifeste-se em resposta aos embargos.

PROVA ESCRITA DE DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO: Dissertação

CRIME DE TORTURA (Lei 9.455/97)

SUMÁRIO: 1. Figuras penais. 2. Tipo penal previsto no art. 1º, I. — 2. Elemento subjetivo do injusto. — 3. Figura delituosa do art. 1º, II. 4. — Tortura sem emprego de violência ou grave ameaça. 5. — Crime qualificado pelo resultado. 6.— Majorante. 7. — Efeitos da condenação. 8. — Inafiançabilidade. 9. — Tortura e crime hediondo por equiparação. 10. — Pena restritiva de direito.

2ª QUESTÃO:

Dê a síntese de denúncia, tipificando, nas seguintes hipóteses:

01 - Ailton, menor de vinte e um anos e maior de dezoito, induz Baltazar, este menor de dezoito anos e não corrompido, a violar, com ele, sepultura para subtração de coisas de valor. Consumada a subtração, vendem os objetos para Círiilo, que sabia de sua procedência criminosa.

02 - Jurandir, abordou Jucelino defronte à sua residênda. Armado, Jurandir anundou o "assalto", determinando que a vítima permanecesse na direção do veículo, sentando-se no banco do passageiro. Com a arma apontada para a vítima, apossou-se de seu relógio e de sua carteira. Foram a três caixas eletrônicas e mediante grave ameaça tomou o cartão eletrônico da vítima e obteve a senha de acesso, sacando da conta corrente mil reais. Quando Jurandir se preparava para sacar mais dinheiro, notando a presença de policiais, empreendeu fuga, sendo preso em flagrante logo em seguida. Jurandir portava uma cédula de identidade, com sua fotografia, em nome de Afonso Felipe Gonzales, quando revistado pelos policiais.

03 - Arístides Coutinho, mediante grave ameaça exercida com arma de fogo, constrangeu Cinira Feilciana, maior, com 32 anos de idade, à conjugação carnal e a praticar e permitir que com ele se praticasse ato libidinoso (sexo oral), além de atribuir-se falsa identidade e oferecer vantagem indevida (R\$3.000,00) à autoridade policial para omitir-se em ato de ofício de tornar sem efeito a prisão cautelar.

3ª QUESTÃO:

- 01- Quais são os requisitos do concurso de agentes?
- 02- Conceituar autoria colateral e autoria imediata.
- 03- As agravantes dos arts. 61 e 62 do CP inddem nos crime culposos?
- 04- Qual a distinção entre induzir e instigar, no tipo do art. 122 do CP?

PROVA ESCRITA DE DIREITO CIVIL**1ª QUESTÃO:**

José Antônio, viúvo, faleceu Em 18/11/2002, deixando bens a inventariar e descendentes. João, irmão do falecido, sem ascendentes ou descendentes, em 15/01/2003, com fulcro no art. 1.700 do Código Civil, ingressou com ação de alimentos contra os herdeiros de José Antônio, alegando estar desempregado e passando por privações, requerendo que a obrigação de pagamento da pensão alimentícia fosse estabelecida “na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos dos herdeiros de José Antônio”.

Com base nos dados acima, responda às seguintes questões, fundamentando e indicando os dispositivos legais aplicáveis.

- É possível que o dever de prestar alimentos seja transmitido aos herdeiros de José Antônio, se tal obrigação não estava estabelecida por convenção ou decisão judicial?
- Se possível, a obrigação deve ser fixada na proporção dos recursos dos herdeiros?
- Tratando-se de encargo legal atribuído em razão de direito sucessório, é possível sua postulação na data em que João ingressou com a ação?

2ª QUESTÃO:

Larissa Santana celebrou com J. B. Empreendimentos Imobiliários contrato de compra e venda de um apartamento, em fase de acabamento, situado no edifício Esperança, nesta cidade de Campo Grande-MS, tendo quitado o preço antes de receber o bem. Posteriormente à celebração do negócio, e um mês antes da concessão do “habite-se”, e dois meses antes da entrega do imóvel, J. B. Empreendimentos firmou com o Banco Javanês, que era sabedor das promessas de vendas dos apartamentos, contrato de “abertura de crédito para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária” do prédio onde se situa o apartamento, restando descumprida a obrigação contratual de outorga da escritura de compra e venda à promissória compradora. Diante disso, Larissa ajuizou ação contra J. B. Empreendimentos e o Banco Javanês, buscando a ineficácia da garantia hipotecária em relação à sua unidade de apartamento.

Indaga-se: Assiste Razão À Autora? Fundamente.

3ª QUESTÃO:

Paulo esperto apossou-se de um imóvel urbano com quinhentos metros quadrados, há onze anos, e sobre ele exerce, desde então, posse mansa e pacífica, nele estabelecendo sua moradia habitual. Em 17/01/2003, ao preparar os documentos para postular a usucapião, tomou conhecimento de que o proprietário do imóvel, Francisco Moleza, havia falecido em 16/01/2000, deixando dois herdeiros, nascidos em 12/04/1988 e 12/06/1989, respectivamente.

À vista do exposto, indaga-se:

- O óbito de Francisco, com a consequente abertura da sucessão em favor dos herdeiros, invalidará o tempo da posse de Paulo, para os fins de usucapião?
- Ainda será possível a obtenção de sentença que declare a aquisição da propriedade por usucapião? Em caso positivo, quando isto ocorrerá?
- Se Francisco não tivesse falecido, Paulo já teria todos os requisitos para a aquisição do imóvel pela usucapião?

(Respostas Fundamentadas)

4ª QUESTÃO:

Silvano Feliz faleceu em 13/01/2003 deixando dois filhos do primeiro casamento, três do segundo, e um que nascera no intervalo do primeiro e segundo casamentos. Silvano vivia com sua segunda esposa, Marilene, com quem era casado sob o regime de separação obrigatória de bens, mas mantinha um relacionamento extraconjugal com Magali, há cerca de oito anos. O patrimônio de Silvano era vultoso, composto de bens havidos por sucessão, e a ele se habilitaram os descendentes, Marilene e Magali.

Pergunta-se: Há possibilidade de se atribuir parcela do patrimônio do falecido a todos os habilitantes? Descreva, outrossim, como deve ser feita a partilha. (resposta fundamentada)

5ª QUESTÃO:

Quais são as características do poder familiar? Justifique.

6ª QUESTÃO:

Dissolvido o casamento pelo divórcio, o genro pode convolar núpcias com a sogra? Fundamente indicando os dispositivos legais pertinentes.

PROVA ESCRITA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª QUESTÃO:

Trezentas famílias de lavradores invadiram o imóvel rural denominado “Fazenda Brejo Seco” em 12/02/2002, onde iniciaram um processo de devastação da área.

Imediatamente após a invasão, o proprietário adotou as providências judiciais ingressando com ação de reintegração de posse, cuja liminar foi concedida em 15/02/2002, sendo que no dia seguinte o Oficial de Justiça certificou da impossibilidade de cumprimento do mandado. Diante disso, foi deferida ordem para requisitar junto ao Poder Executivo força policial visando o cumprimento do mandado, tendo sido remetido ofício ao Senhor Secretário de Segurança Pública para aquela finalidade.

No entanto, a requisição não foi atendida, apesar de reiterada. Passados seis meses da invasão, sem nenhuma providência por parte do Secretário de Segurança, o Egrégio Tribunal de Justiça julgou procedente o pedido de intervenção federal no Estado pelo tempo necessário ao cumprimento da decisão judicial.

Durante este lapso de tempo os invasores depredaram o patrimônio do requerente, devastando a mata nativa, cortando e vendendo madeiras de lei, fazendo queimadas e roçadas para o plantio de cereais, bem como abatendo cem cabeças de gado.

Os danos sofridos foram apurados através de ação cautelar de produção antecipada de provas, totalizando a importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). **Responda de forma fundamentada:**

- Qual a providência jurisdicional cabível em favor do proprietário do imóvel para fins de ressarcimento dos danos verificados e quem seria(m) o(s) responsável(is)? Qual(ais) seria(m) o(s) dispositivo(s) legal(is) que serviria(m) de espeque a tal pretensão?
- Qual(is) a(s) teoria(s) aplicável(is) ao caso em apreço?
- Quais os elementos ou requisitos autorizadores de eventual condenação?

2ª QUESTÃO:

O Prefeito Municipal de Oculito promoveu a exoneração de cinco servidores estáveis, os quais já contavam com oito anos de serviço, sendo instado a reintegrá-los por força de decreto judicial exarado em ação de mandado de segurança.

Após reintegrados, foram tais servidores colocados em disponibilidade com remuneração integral, o que se dera com espeque no **artigo 41, parágrafo 3º, da Constituição Federal**, e sem que houvesse ocorrência de extinção dos cargos ocupados por tais servidores, e muito menos a formal declaração de suas desnecessidades.

O ato de disponibilidade foi expedido em razão daqueles servidores não se afinarem com a facção política do Prefeito Municipal. **Responda fundamentadamente as seguintes questões:**

- A conduta do administrador causou prejuízo ao Erário?
- Se causou, qual a providência cabível para o seu ressarcimento e qual(is) o(s) dispositivo(s) legal(is) infringido(s)?
- Quais as sanções que advirão da prática do referido ato?
- A conduta do administrador violou princípio(s) da Administração Pública? Se positivo, qual(is)?
- No caso, recebendo representação já devidamente instruída com as provas dos fatos, qual a providência a ser adotada pelo Promotor de Justiça?

3ª QUESTÃO:

Considerando o enunciado da **Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal**: “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”, assinalar as diferenças entre **revogação** e **invalidação** dos atos administrativos, quanto aos motivos e aos efeitos de uma e de outra, esclarecendo, ainda, fundamentadamente, se a apreciação judicial ali prevista alcança tanto os atos vinculados quanto os discricionários, ou se limita, apenas aos primeiros.

4ª QUESTÃO:

Antes do término do estágio probatório, Silvia foi considerada inapta para as funções de seu cargo, razão pela qual foi sumariamente exonerada. Inconformada, impetrou mandado de segurança para invalidar tal ato, alegando que não lhe foi assegurado o contraditório e a ampla defesa. Silvia tem razão no seu pleito? **Justifique.**

5ª QUESTÃO:

Em quais hipóteses a decisão criminal absolutória faz coisa julgada no cível e vincula a esfera de responsabilização administrativa? **Justifique.**

6ª QUESTÃO:

A ausência de contestação no prazo legal impõe ao expropriado os efeitos da revelia na ação de desapropriação? **Justifique.**

PROVA ESCRITA DE DIREITO COMERCIAL E DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª QUESTÃO:

A empresa "ZÊ, situada nesta Comarca de Campo Grande (MS), ingressou no Foro da Comarca de Mundo Novo (MS), com uma ação cautelar de arresto em face da empresa "EME", cuja medida fora liminarmente deferida e imediatamente cumprida. Antes do ajuizamento da ação principal, um outro credor ingressou em face da mesma devedora, no mesmo Foro, com Ação de Falência, cuja quebra fora decretada. Pergunta-se:

- a) Qual a consequência jurídica do decreto de falência sobre o arresto que garante o crédito da empresa "ZE"? **Fundamente a resposta.**
- b) Dentre os bens arrestados e removidos para a Comarca de Campo Grande (MS), que teve por depositário o representante da empresa ZE", existem vários bens de natureza perecível. Nesse caso, quais as condutas a serem adotadas e a quem compete essas condutas?

2ª QUESTÃO:

O empresário Carlos D. Andrade desenvolve atividade tipográfica, a qual está devidamente inscrita na Junta Comercial, com o nome de "C. D. Andrade Tipografia". Pretendendo obter capital de giro para a empresa, busca financiamento perante um Banco da cidade e oferece ao financiador em garantia hipotecária o próprio prédio onde funcionam suas instalações e parque industrial. Esse imóvel está registrado no Cartório de Registro de Imóveis em nome da empresa "C. D. Andrade Tipografia". Foi construído com recursos próprios e o seu valor está contabilizado na empresa. O financiador, na constituição da garantia, exige a outorga uxória, apesar de o imóvel estar registrado em nome da empresa comercial individual. Pergunta-se: O financiador procedeu corretamente? Porque?

3ª QUESTÃO:

Pedreira e Cia Ltda., emitiu, em 01.02.2002, em favor do Banco do Estado do Uruguai S.A., uma Nota de Crédito Comercial no valor de R\$ 32.300,00, com vencimento final para o dia 01.02.2005 e vencimentos intermediários em 01.02.2003 e 01.02.2004. Dito financiamento era destinado a reforço de capital de giro da empresa. Como garantia da operação foi dado o aval do sócio-gerente, Sr. João Pedreira. Ocorre, todavia, que no dia 27.10.2002, a empresa entrou com pedido de concordata preventiva, a qual foi concedida judicialmente. Na concordata a dívida objeto desse financiamento foi arrolada pelo valor de R\$ 32.000,00. Qual a posição que deve ser adotada pelo Banco do Estado do Uruguai S. A. em face da vinculação do seu crédito na referida concordata? **Fundamente a resposta.**

4ª QUESTÃO:

A empresa "MALCON X", concessionária que é da famosa montadora de carros populares "BIG CAR" atua no ramo de comércio de veículos novos. Nessa qualidade, toda vez que a fábrica manda carros para "MALCOM X", já inclui na fatura, com base no preço de tabela sugerida ao público (pauta fiscal), o valor de ICMS até da venda no varejo, obrigando-a a esse pagamento. A concessionária, todavia, por não conseguir praticar os preços da tabela, face a enorme concorrência enfrentada pelo setor, acaba vendendo carros abaixo desse preço.

Indaga-se: A empresa, em razão da diferença do preço de tabela e do preço efetivamente praticado na venda, tem direito à restituição do ICMS pago? **Fundamente a resposta.**

5ª QUESTÃO:

Em direito tributário, o que você entende por imunidade, não incidência, isenção e alíquota zero? Existem distinções entre elas? Se positivo, quais?

6ª QUESTÃO:

O Estado de Mato Grosso do Sul, no dia 11.02.03, moveu ação de execução fiscal em face da empresa "XIS", almejando o recebimento de débitos inscritos em dívida ativa, no valor de R\$ 10.000,00. Sabendo que a empresa, conquanto em funcionamento, está passando por grandes dificuldades financeiras, requereu na inicial a citação pessoal dos sócios para garantirem a satisfação do crédito tributário. Tratando-se de débito declarado e não pago pela empresa, está correto imputar aos sócios a responsabilidade pelo pagamento? **Fundamente a resposta.**

7ª QUESTÃO:

A empresa "Raízes", que atua no ramo de comércio de remédios naturais, apurou, através de seus livros contábeis, e efetuou o pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de ICMS, referente a um fato gerador ocorrido em janeiro de 1.998. Na data de hoje (13.02.03), ao realizar uma auditoria na empresa, verificou que aquele pagamento foi efetuado a maior.

Pergunta-se: Qual o prazo para a empresa reaver a importância paga indevidamente? Em que momento esse prazo teve início? Na hipótese ora apresentada, já houve o decurso desse prazo? **Fundamente a resposta.**

PROVA ESCRITA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª QUESTÃO:

Dissertação

PROVA

Sumário. 1. Conceito e objetivo. –2. Objeto. – 3. Fatos que independem de prova. – 4. Fatos que dependem de prova. – 5. Classificação das provas. – 6. Princípios gerais das provas. – 7. Confissão. Conceito. Fatores determinantes. – 8. Espécies de confissão. – 9 Características da confissão. – 10. Confissão ficta e delação.

2ª QUESTÃO:

- 01 - Quais as características do recurso de apelação?
- 02 - Quais são os efeitos da apelação?
- 03 - Quais são os pressupostos do protesto por novo Júri?
- 04 - Quais são os pressupostos de admissibilidade do recurso especial?
- 05 - Quais são os pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário?
- 06 - Quais são as hipóteses de cabimento do recurso ordinário constitucional no Supremo Tribunal Federal?

3ª QUESTÃO:

Jorge Santarém foi denunciado e pronunciado como incurso no art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c o art. 14, II, do CP, por ter tentado matar, futilmente, com tiro de revólver, Sandro Elias da Cruz, usando de recurso que dificultou a defesa do ofendido.

Submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri da comarca de Iguatemi, foi condenado a um (1) ano de reclusão, em regime aberto, com "sursis" por dois (2) anos, por incurso no art. 129, § 1º, inc. II, do mesmo diploma legal, tendo os jurados desclassificado o delito de tentativa de homicídio para o de lesões corporais.

Interpor o recurso cabível e apresentar as razões.

PROVA ESCRITA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO:

PTC - Comércio e Representação Ltda. aforou ação monitória contra o município de Campo Grande que, após ter sido regularmente citado para pagar a quantia de R\$ 10.000,00, recusou-se a efetuar o pagamento e apresentou embargos.

A sentença não acolheu os embargos oferecidos pelo município que foi condenado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor do débito atualizado.

Responda, justificadamente:

- a) o Juiz deveria ter indeferido a petição inicial da ação monitória?
- b) na hipótese de a Fazenda municipal não pagar nem embargar, seria possível atribuir à inércia a consequência estabelecida no procedimento monitório?

c) não sendo interposto recurso voluntário, esta decisão é suficiente para a formação de título sentencial?

2ª QUESTÃO:

José, brasileiro, solteiro com 33 anos de idade, teve sua interdição decretada em 31.01.2000, a requerimento de Maria, sua mãe, que recebeu o encargo de curadora e veio a falecer em 30.06.2000. Restou comprovado ser o interditado portador de debilidade mental congênita e irreversível, conforme laudo pericial. Decorrentemente de litígio demarcatório, no qual José foi citado na pessoa de seu representante legal em junho de 2001, veio ao conhecimento de seu tio e atual curador, João, que em 12 de dezembro de 1998 fora efetivada, por instrumento público registrado, uma venda de parte das terras de José, como se capaz fosse, ressalvado na escritura apenas o seu analfabetismo. De imediato foi proposta ação desconstitutiva do negócio, sob alegação de nulidade dos atos jurídicos, cumulada com cancelamento do registro. A parte acionada, citada em 30 de novembro de 2001, contestou sustentando boa-fé, pois a interdição de José não fora decretada à época, e sendo assim não obrigava terceiros, por falta de inscrição no registro público. Alegando matéria unicamente de direito, as partes postularam por julgamento antecipado e os autos foram com vista ao Ministério Público. **Elabore o parecer.**

3ª QUESTÃO:

Discorra sobre o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, apontando os mecanismos processuais capazes de dar cumprimento à regra constitucional.

4ª QUESTÃO:

São sinônimas as expressões **sentença mandamental e sentença executiva lato sensu**? qual a característica comum entre estas categorias? existe aspecto diferencial caracterizador da sentença mandamental?

5ª QUESTÃO:

Em que medida e de que modo a lei processual alterada atinge os processos pendentes? devem ser distintos os momentos para determinar o cabimento do recurso e o seu procedimento? sob o argumento da incidência da nova lei, pode o agravo de instrumento interposto anteriormente, ser convertido para o regime de retenção?

6ª QUESTÃO:

Pode o órgão do Ministério Público impugnar a exceção de incompetência argüida pelo réu em ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos, estando o autor devidamente representado?

PROVA ESCRITA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS E DIREITO ACIDENTÁRIO

1ª QUESTÃO:

Em tema de direito ambiental, no que consiste o princípio da participação comunitária. Fundamente, indicando os dispositivos que contemplam o princípio e apresente, pelo menos, dois exemplos a respeito de sua aplicação.

2ª QUESTÃO:

Aponte, fundamentadamente, os meios de controle da não-propositura da ação civil pública pelo Ministério Público.

3ª QUESTÃO:

O cidadão, isoladamente, pode pleitear seu ingresso como litisconsorte no pólo passivo da ação civil pública proposta pelo Ministério Público em defesa do meio ambiente? Fundamente.

4ª QUESTÃO:

- Defina o que a doutrina entende como arquivamento implícito do inquérito civil e apresente dois exemplos.
- Como deve proceder o órgão do Ministério Público para evitar a ocorrência de arquivamento implícito?

5ª QUESTÃO:

- O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor admite o controle judicial concreto e abstrato das cláusulas contratuais abusivas? Discorra sobre a (s) forma (s) de controle judicial que entender admissível (is), indicando o (s) legitimado (s) ativo (s) e os efeitos da (s) sentença (s).
- O Ministério Público e a administração pública podem exercer o controle administrativo abstrato das cláusulas contratuais consideradas abusivas pelo Código de Defesa do Consumidor? Fundamente.

6ª QUESTÃO:

Dissertar sobre o termo de compromisso de ajustamento de conduta.

7ª QUESTÃO:

LALAU LIZZO exerceu durante oito anos o cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras Públicas do Município de Campo Dourado, Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 10 de fevereiro de 1994 a 10 de fevereiro de 2002, quando foi exonerado. No exercício de suas funções, LALAU LIZZO era responsável pela realização de todos os procedimentos licitatórios destinados à contratação de empresas para a construção de obras públicas no município.

Em 20 de outubro de 2002, o Promotor de Justiça da Comarca de Campo Dourado recebeu representação de um cidadão, relatando a existência de indícios de que três grandes obras do Município foram superfaturadas, haja vista a discrepância de valores pagos em relação a obras semelhantes realizadas em outros municípios do Estado. A representação vinha acompanhada de cartas anônimas, informando que o servidor recebia 10% de todos os pagamentos das obras realizadas no município.

Em 30 de novembro de 2002, o mesmo Promotor de Justiça instaurou inquérito civil para apuração dos fatos. Após criteriosa análise dos procedimentos licitatórios e de todas as provas produzidas no inquérito civil, o Promotor de Justiça concluiu que os contratos relativos às obras foram celebrados com estrita observância dos preços de mercado praticados à época e que as licitações obedeceram fielmente aos preceitos legais. Quanto ao recebimento de vantagens indevidas, nada restou comprovado.

Porém, no curso do inquérito, o representante do Ministério Público, diligentemente, logrou apurar que referido servidor, durante o tempo em que exerceu a função de Secretário Municipal de Obras, adquiriu vários imóveis em outro Estado, de valores incompatíveis com sua renda e com a evolução de seu patrimônio declarado